

Ata nº 59 (cinquenta e nove)

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano dois mil e dezanove, pelas dezasseis horas, na Avenida Defensores de Chaves, nº 6, 6.º andar, em Lisboa, sede da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), SA, reuniram, com vista à realização da Assembleia Geral Anual da Sociedade, sem observância de formalidades prévias, o Vice-Presidente e a Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Licenciados Bernardo Xavier Alabaça e Maria Luisa da Silva Rilho, respetivamente, o Presidente, o Vice-Presidente e os dois vogais executivos do Conselho de Administração, Professor Dr. Miguel Jorge de Campos Cruz, Dr. Carlos Manuel Durães da Conceição, Dr.ª Maria Amália Freire de Almeida e Dr. Mário Manuel Pinto Lobo, respetivamente, bem como o Fiscal Único, Grant Thornton & Associados, SROC, representada pelo ROC suplente Dr. Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes, e ainda o acionista único, Estado Português, representado pelo Dr. Carlos Manuel Leitão dos Santos Pinto, nos termos do despacho n.º 480/19-SET, de 31 de maio, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro. -----
O Vice-Presidente da Mesa assumiu a condução dos trabalhos, face à vacatura do cargo de Presidente, por efeito da renúncia apresentada pela titular eleita por Deliberação Unânime por Escrito de 31 de janeiro de 2017. -----

ACTAS

O Vice-Presidente da Mesa saudou todos os presentes e verificou estar representada a totalidade do capital social, passando de imediato a palavra ao representante do Estado, que a usou para propor e votar favoravelmente que a assembleia geral se constituísse e deliberasse, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, de acordo com a seguinte ordem de trabalhos: -----

“1.º Deliberar sobre o Relatório de Gestão, as demonstrações financeiras separadas e consolidadas e o Relatório de Sustentabilidade, que trata das demonstrações não financeiras, todos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018; -----

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2018; -----

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade; -----

4.º Deliberar sobre a Declaração relativa à Política de Remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização; -----

5.º Deliberar sobre o Relatório de Avaliação do Desempenho dos Administradores Executivos que exerceram funções no mandato anterior, elaborado pela Comissão de Avaliação em 25 de janeiro de 2017. -----

O Vice-Presidente da Mesa agradeceu e considerou estarem assim reunidas as condições de funcionamento da Assembleia Geral, podendo esta deliberar sobre todos os assuntos constantes daquela ordem de trabalhos. -----

Relativamente ao **primeiro ponto da agenda**, foi dada a palavra ao Presidente do Conselho de Administração para, querendo, tecer considerações sobre o exercício. -----

O Presidente do Conselho de Administração apresentou também os seus agradecimentos a todos os presentes e passou a enunciar os aspetos mais salientes do exercício de 2018: -----

- O Grupo Parpública obteve um resultado líquido consolidado positivo de 70,4 M€ e, no seguimento do já ocorrido em 2017, todas as suas áreas de negócio apresentaram lucro, embora algumas participadas não tenham tido uma evolução positiva, sendo que essa situação foi compensada dentro do Grupo pelo desempenho de outras empresas; -
- O lucro teve uma redução face ao obtido em 2017 (157,4 M€), centrada nos seguintes aspetos: -----
 - A variação da cotação da GALP; -----
 - O impacto muito positivo do dividendo extraordinário da SPE, recebido em 2017; ---

- O esforço muito significativo de redução de dívida, incluindo dívida que estava associada a instrumentos de cobertura de risco, gerando um impacto contabilístico negativo na ordem de 29 M€; -----
- Todos estes impactos negativos “puxam” o resultado para baixo em cerca de 160 M€, pelo que se pode referir, para mero efeito de análise, que se não existissem o resultado líquido consolidado teria tido um aumento, confirmando assim que a estratégia seguida tem sido adequada; -----
- Deve destacar-se ainda a consolidação da situação financeira da generalidade das empresas do Grupo, nomeadamente das do setor imobiliário, o aumento do investimento em cerca de 40% face a 2017 e em cerca de 100% face a 2016 e a continuação da redução da dívida em cerca de 2,3 mil M€, o que representa mais de 1% do PIB. -----

Relativamente à Parpública SGPS deve também ser destacado: -----

- A continuação da redução da dívida total em 975 M€, ao mesmo tempo que o passivo total se reduziu em 1,142 M€; -----
- O reforço dos níveis de autonomia financeira para 65% em 31 de dezembro de 2018, quando 2 anos antes estava abaixo dos 50%; -----
- A taxa de juro média reduziu-se de 4,25% para 3,5%, representando o financiamento a taxa fixa cerca de 60% da dívida, enquanto que em 2017 estava ainda em 52,9%; -----
- O prazo médio de pagamento a fornecedores, que em 2016 era de 52 dias e em 2017 de 28 dias, fixou-se nos 18 dias, sendo este valor já muito próximo do que se considera adequado manter; -----
- O resultado líquido foi de 49,6 M€, tendo o prejuízo da participada TAP de cerca de 118 M€ contribuído para explicar a redução face ao do ano anterior. -----

O Presidente do Conselho de Administração entendeu ainda serem de realçar os seguintes aspetos do ano de 2018: -----

- A implementação do disposto na Lei do Orçamento de 2018 quanto à regularização da dívida do Estado para com a Parpública, permitiu que esta se tenha reduzido de 4,6 mil M€ para 3,5 mil M€, evolução que será para continuar em 2019; -----

ACTAS

- A liquidação da SPE, efetuada num período de tempo muito curto, a liquidação da Sociedade Gestora da Margueira e a alienação da Propnery, contratada em 2018 e finalizada em 2019; -----
- O avanço muito significativo dos processos de liquidação das Pólis de Gaia, Viseu, Tomar e Costa da Caparica, bem como a colaboração prestada na liquidação da EMPORDEF; -----
- A criação da Florestgal, a partir da participada Lazer e Floresta, implicando para o efeito a alteração do objeto social da empresa, uma adaptação da estrutura patrimonial e mesmo uma alteração da sede social; -----
- O aprofundamento do Centro de Conhecimento e Competências, através do qual foram prestados serviços pela Parpública, cuja avaliação excede os 500 mil euros; -----
- O resultado negativo apresentado pela TAP, sendo que a expectativa para 2019 é que haja uma inversão do que ocorreu em 2018; -----
- O ajustamento à carteira de ativos, com a alienação em 2018 das participações na NOS e PHAROL, e a preparação do reforço em algumas outras participadas, como a INAPA e a SAGESECUR, estas concretizadas já em 2019; -----
- Aprofundamento do trabalho em matéria de sustentabilidade, com a produção de um segundo Relatório de Sustentabilidade, o que traduz a preocupação existente nas várias empresas do Grupo com as questões da sustentabilidade nas suas diversas vertentes e com a importância da definição de objetivos, avaliação de resultados e reporte de informação sobre estas temáticas. -----

Quanto às perspetivas para 2019, que será um ano caracterizado por uma conjuntura de maior incerteza em muitos setores de atividade, haverá um caminho muito bem determinado a prosseguir no que se refere aos principais vetores estratégicos: -----

- Redução da dívida das empresas do Grupo, incluindo a da Parpública; -----
- Redução da dívida do Estado para com a Parpública; -----
- Continuação do exercício de recomposição da carteira de ativos; -----
- Foco muito importante na implementação da estratégia pública para o setor imobiliário, com o desenvolvimento de sinergias entre entidades, e o papel charneira que a Estamo pode desempenhar; -----

- Alienação do território da Margueira, realçando-se a importância deste dossier na dinamização do investimento, e como âncora do desenvolvimento estratégico de uma larga Região; -----
- Acompanhamento da estratégia seguida pela TAP, e da sua efetiva implementação. ---

Por último, e tendo sido particularmente intensos os anos de 2017 e 2018, o Presidente do Conselho de Administração não quis deixar de apresentar os seus agradecimentos a todos os colaboradores e à equipa de gestão, ao ROC, e bem como a outros stakeholders externos, com uma referência especial para a Secretaria de Estado do Tesouro, a DGTF e a UTAM. -----

O Vice-Presidente da Mesa agradeceu a exposição sobre a atividade relevante de 2018 e as perspetivas para 2019, passando a palavra ao representante do ROC, o qual referiu que houve um conjunto de operações que exigiram um trabalho de estreita articulação e colaboração entre a empresa e a sua equipa, que aproveitou para agradecer, o que permitiu o acompanhamento próximo das principais questões e a emissão de uma certificação legal das contas sem qualquer reserva. -----

Foi, de seguida, dada a palavra ao representante do acionista Estado, o qual, depois de agradecer também todos os esclarecimentos prestados pelo Presidente do CA, votou favoravelmente a aprovação das demonstrações financeiras separadas e consolidadas, incluindo o Relatório de Gestão e o Relatório de Sustentabilidade, por incluir a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.-----

Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos**, o representante do acionista Estado votou favoravelmente a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o resultado líquido apurado no exercício de 2018, no montante de 49.608.179,30 € (quarenta e nove milhões seiscentos e oito mil cento e setenta e nove euros e trinta cêntimos), ser transferido para a conta de resultados transitados. -----

Relativamente ao **terceiro ponto da agenda**, o representante do acionista Estado propôs e aprovou um voto de confiança no Conselho de Administração e em cada um dos seus membros, bem como no Revisor Oficial de Contas. -----

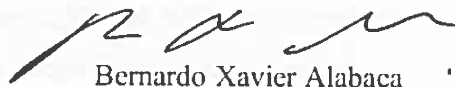
No que concerne ao **quarto ponto da ordem de trabalhos**, o representante do acionista Estado votou favoravelmente a “Declaração do Conselho de Administração sobre Política de Remuneração dos membros dos órgãos sociais” da Parpública - Participações Públicas (SGPS),

ACTAS

Folha 19

SA”, apresentada pelo Conselho de Administração em cumprimento do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, que ficará a constar em anexo ao presente documento. ---
Relativamente ao **ponto cinco da ordem de trabalhos**, o representante do acionista aprovou o Relatório de Avaliação do Desempenho dos Administradores Executivos que exerceram funções no mandato anterior 2013-2015, elaborado pela Comissão de avaliação, em 25 de janeiro de 2017, salientando que daquele relatório de avaliação e da respetiva aprovação pelo acionista não resulta a atribuição de qualquer remuneração variável de desempenho (prémio de gestão) aos gestores públicos executivos avaliados, porquanto tal se encontra vedado nos termos da lei e dos próprios contratos de gestão celebrados com aqueles gestores, pelo facto de tal avaliação respeitar a exercícios económicos em que Portugal se encontrava ao abrigo do PAEF, ao que acresce o artigo 27.º, n.º 2, da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que determina a proibição de atribuição de remunerações variáveis de desempenho aos gestores públicos. ---
E mais ninguém se tendo querido pronunciar, o Vice-Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, às dezassete horas, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada pelo Vice-Presidente e pela Secretária da Mesa da Assembleia Geral. -----

O Vice-Presidente



Bernardo Xavier Alabaça

A Secretária


Maria Luisa Rilho

